

Constituinte

PLANALTO

Sarney discutirá com ministros alterações na Constituição

por Elaine Lerner de Brasília

O presidente José Sarney voltará a reunir o seu conselho político — ministros e lideranças políticas — nos próximos dias para uma avaliação de como o Palácio do Planalto deverá atuar visando ao aperfeiçoamento do novo texto constitucional. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, informou que o governo "está trabalhando no sentido de fornecer subsídios, sugestões e propiciar idéias aos constituintes".

Um alto assessor político do presidente explicou que a intervenção do governo deverá concentrar-se em três frentes: direitos do trabalhador, medidas nacionalizantes na economia brasileira adotadas no capítulo da Ordem Econômica e na nova ordem tributária. Nos dois primeiros capítulos, o governo pensa em trabalhar com emendas supressivas, o que não poderá ser feito na questão tributária, onde é impossível suprimir um artigo, porque, posteriormente, a legislação ordinária o normatiza.

O ministro Costa Couto cita especificamente a necessidade de supressão da emenda que estabelece o tabelamento dos juros em 12% ao ano. "O tabelamento vai impedir que o Brasil obtenha novos recursos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências internacionais. Mantida aquela regra, o Brasil fica excluído do mercado financeiro oficial", explicou. Para o ministro, o momento mundial é de liberdade na economia, de romper preconceitos e barreiras.

Sobre a emenda que concede anistia e reintegração ao trabalho a civis e militares cassados e permite o pagamento dos proventos e soldos durante o período de afastamento, Costa Couto espera que seja rejeitada na votação em plenário, inclusive devido ao alerta do Ministério da Fazenda acerca dos prejuízos financeiros dessa medida. O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, explicou, na última sexta-feira, após a solenidade de entrega de condecorações da Ordem do Mérito Naval, que o que "se concebe por anistia já foi concedido. O resto são tentativas de obter vantagens pessoais". O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, foi mais laconico e disse apenas esperar a vitória da emenda do "Centrao", que exclui os marinheiros e a reintegração.

Na sexta-feira, integrantes do Exército e da Marinha, que estão atuando junto aos constituintes, apresentaram propostas de fusão de emendas, visando a sua reintegração a essas corporações. Essas propostas também serão examinadas pelas lideranças que estão negociando um texto de acordo sobre as Disposições Transitórias do texto constitucional.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Governo se mostra preocupado com o tamanho dos prejuízos

por Ascânio Seleme de Brasília

O governo fez mais um contato formal com os autores das emendas que retiram a correção monetária dos pequenos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado. Na sexta-feira, o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) esteve com o deputado Humberto Souto (PFL-MG) e com o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), para levar a palavra oficial sobre a matéria. Sant'Anna disse aos parlamentares que o governo está particularmente preocupado com a repercussão dos números divulgados pelo Ministério da Fazenda.

Segundo estes dados fornecidos pela assessoria do ministro Mailson da Nóbrega, o prejuízo total seria de 1 trilhão e 709 bilhões de cruzados para o sistema financeiro do País. Os dados da Fazenda revelam ainda que os bancos federais te-



Carlos Sant'Anna

riam uma perda de CZ\$ 1 trilhão e 108 bilhões, ou 61,99% do total.

O líder informou, entretanto, não estar plenamente convencido sobre os dados do Ministério da Fazenda. O senador Mansueto de Lavor deu ao deputado Carlos Sant'Anna outra avaliação, esta do Banco Central. Os números do senador indicam prejuízo total de CZ\$ 183 bilhões, sen-

do CZ\$ 125,7 bilhões dos bancos estatais e CZ\$ 57,3 bilhões dos bancos privados.

Para se alcançar este número exato, Sant'Anna garantiu que levará ao Congresso técnicos do Ministério da Fazenda para que discutam com os assessores dos constituintes que propuseram as emendas. O líder do governo adiantou que, se os números da Fazenda forem corretos, não haverá como se liquidar todas as pendências do País. "Estes números são iguais ao saldo comercial do Brasil durante 1 ano. Trata-se de um verdadeiro 'Exocet' na política econômica brasileira", disse o parlamentar.

O senador Mansueto de Lavor tranquilizou o líder. "Os dados da Fazenda incluem o total dos débitos do Plano Cruzado, e não apenas o total da correção monetária cancelada pela fusão". O deputado Humberto Souto disse que os dados eram "fantasiosos". Uma

fonte do próprio Ministério da Fazenda admitiu que "o quadro divulgado contém muitas imprecisões". Para o líder Carlos Sant'Anna, as negociações só vão prosperar quando houver a certeza sobre os valores do prejuízo.

Um economista do Banco do Brasil disse a este jornal que o montante do prejuízo imaginado pela Fazenda para o BB supunha o aproveitamento integral da emenda Mansueto. Com a retirada do item III da proposta, que estendia o benefício a todos os empréstimos feitos durante o Plano Cruzado, já admitida pelo senador, o total cairia para a metade.

Enquanto não se alcança o valor real dos prejuízos, o líder Carlos Sant'Anna procura outros mecanismos de negociação com os autores das propostas. Ele revelou, agora formalmente, que "o governo pode absorver razoavelmente um custo em torno de 100 bilhões de cruzados".

Para o Banespa, setor público perde muito com a anistia

por Ronaldo D'Ercole de São Paulo

Os efeitos resultantes da aprovação da anistia às dívidas contraídas pelas pequenas e médias empresas e produtores rurais durante o Plano Cruzado, que está sendo analisada pela Constituinte, não ficariam restritos aos bancos, especialmente no caso das instituições estaduais.

A observação foi feita na semana passada pela direção do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), a maior instituição estadual do País, através de sua assessoria de comunicação. Embora o Banespa não disponha ainda de um cálculo exato do volume de empréstimos que tem em carteira e que seriam atingidos caso a emenda seja aprovada, o banco afirma que os prejuízos "não ficariam restritos à instituição".

Os acionistas, os clientes e a Secretaria da Fazenda de São Paulo seriam penalizados ou não receberiam dos empréstimos que o banco tem junto aos segmentos contemplados pela emenda. Aos acionistas e à Fazenda do estado (controladora do banco por possuir a maior parte das ações com direito a voto), os prejuízos poderiam materializar-se de duas maneiras: desvalorização das ações em bolsa e o não-

recebimento dos dividendos na mesma quantia a que teriam direito se a contabilidade não sofresse o impacto dos créditos não pagos. "A segurança que o banco oferece é obtida pela boa administração e pelo lucro", informou uma fonte ligada ao Banespa.

**GOVERNO FEDERAL** — Outro grande prejuízo do com a aprovação da emenda seria o governo federal, que tem nos bancos estaduais importantes repassadores de recursos. O caso do Banespa, sob esse aspecto, é especial. O banco é o principal agente financiador de recursos do Finame, carteira especial de financiamento de máquinas mantida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Somente no ano passado, por exemplo, o Banespa foi responsável por empréstimos da ordem de CZ\$ 9,5 bilhões para o Finame.

O governo perderia também com o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp), que integra o conglomerado Banespa. Isso porque, de acordo com o diretor financeiro do Badesp, Luiz Roberto Saura, 80% dos empréstimos realizados pelo banco consistem de repêses de recursos oriundos de órgãos federais, como o BNDES e o Banco Central (BC).

A posição da Asbace na questão

por Milton Wells do Recife

O presidente da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Estaduais (Asbace), José Soares Nuto, alertou na sexta-feira, no Recife, para o grave precedente a ser criado caso os constituintes aprovem a emenda que retira a correção monetária dos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado. Ele informou a este jornal que, desde o início da discussão da matéria na Constituinte, os bancos estaduais sofreram um crescimento desmedido dos índices de inadimplência, que chegam a 20% do total das operações realizadas até 31 de dezembro de 1987, em comparação com o índice de 5% que vinha sendo mantido nos meses anteriores.

A Asbace, segundo seu presidente, estima uma perda de CZ\$ 257 bilhões, equivalente a US\$ 1,5 bilhão, nos 25 bancos estaduais, caso seja concedida

Governo negocia uma fórmula

O cancelamento da correção monetária até o momento da liquidação poderá ser uma das fórmulas para acabar com o problema da dívida das microempresas. Essa e outras possibilidades estão sendo negociadas pelo governo com suas lideranças na Assembleia Nacional Constituinte e com os autores das emendas, mas o ministro da Fazenda garantiu, na sexta-feira, no Rio, que só vigorará a solução que compatibilize as possibilidades do Tesouro Nacional com o alívio financeiro desejado pelos produtores rurais e pelos microempresários.

Em entrevista no Rio, Mailson Ferreira da Nóbrega esclareceu, segundo relato da EBN, que cerca de 80% das dívidas contraídas pelos microempresários junto a bancos oficiais têm origem, direta ou indireta, no Tesouro Nacional e, portanto, se uma anistia que provoque uma perda de cerca de US\$ 10 bilhões para o Tesouro for aprovada tal como esta, quem pagará o prejuízo final será o consumidor, o contribuinte, além dos que se julgam beneficiários com a medida, pois também serão arastados por ela.

a anistia para os empréstimos contraídos no Plano Cruzado por pequenos e médios empresários e pequenos produtores agrícolas. "Os bancos não têm como arcar com este prejuízo", afirmou. Segundo ele, apenas o Banco do Estado de Pernambuco (Ba-

depe), onde exerce a presidência, sofreria uma perda de CZ\$ 9,5 bilhões para um patrimônio líquido de CZ\$ 4 bilhões. "Ficariamos a descoberto em torno de CZ\$ 4,5 bilhões", informou.

Soares Nuto, que nos últimos dias tem mantido reuniões com vários políticos de seu estado, apelou aos governadores para que questionem junto aos constituintes de seus estados para que prevaleça um "pouco de bom senso" para que seja evitado o pior. Segundo ele, a simples rejeição da emenda será de difícil execução, em razão da mobilização dos políticos e das pressões dos pe-

quenos e médios empresários.

Por isso, ele defende "um meio-termo" entre a anistia e rejeição da proposta, de modo a atenuar os prejuízos a serem causados pelas propostas originais dos constituintes.

"E preciso que todos saibam que os maiores prejudicados serão os bancos oficiais, que arcarão com 75% dos créditos a serem anistiados", afirmou. "Isso é péssimo para o País e mais para os bancos estaduais, que enfrentam uma situação crítica com o processo de intervenção pelo Banco Central."

Para Lourenço, só o PMDB e o PFL devem negociar

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Quando ocorrer o impasse, as duas maiores lideranças devem reunir-se separadamente e resolver a questão. Essa é a receita do deputado José Lourenço para a aceleração das negociações do texto constitucional.

O deputado, líder do segundo maior partido brasileiro, o PFL, acredita que não é possível que a sua bancada e a do senador Mário Covas, líder do maior partido, o PMDB, tenham o mesmo peso que as de outros partidos como o PCB ou o PT, que têm quatro e dezesseis representantes, respectivamente.

Segundo ele, todos devem fazer parte das negociações. Porém, não considera correto que "radicais, tanto da direita quanto da esquerda", impeçam a concretização de um acordo. "O fato de Covas ter posto no início da semana à disposição da bancada o cargo de líder, isso não o enfraquece porque a perda efetiva da liderança já ocorreu há mais de 2 meses, e nem por isso o senador paulista deixou de liderar pelo menos 106 constituintes, que sistemática-

mente votam com ele, observou Lourenço. E o peso desses 106 votos somado aos 109 que detém que, segundo o deputado, é possível se formar maioria na Constituinte, já que ninguém a possui isoladamente. A decisão dessas duas lideranças é que "puxa" os demais votos necessários à aprovação de determinada matéria ora pendendo para um lado ora para outro, observou.

Lourenço afirmou já ter levado essa idéia várias vezes a Mário Covas, que a tem recusado. Para o senador, a receita não é boa. "Devem se ouvir todos", afirmou o senador. Lembrou que, se a idéia de Lourenço fosse posta em prática, o PMDB, no início da Constituinte, quando formava um bloco coeso, não precisaria ter negociado com ninguém.

Covas repetiu a frase que usou duas vezes recentemente da tribuna, afirmando que é fácil se negociar quando não se tem maioria. "O difícil é fazê-lo quando se tem", numa clara referência à necessidade de respeitar as minorias, levando em consideração todas as partes envolvidas.

Outro dia sem votação

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

As lideranças partidárias continuam nesta segunda-feira as negociações das Disposições Transitórias, bruscamente interrompidas na sexta. Ao contrário do que ocorre em todas as sessões da Constituinte, o senador Mauro Benevides, que presidia a sessão, encerrou-a sem fazer a chamada de verificação de quórum.

Os negociadores, que naquele momento estavam no gabinete do senador Mário Covas, foram rapidamente ao plenário e protestaram contra o incomum encerramento da sessão e pediram a verificação de quórum. Na impossibilidade de a

sessão ser reaberta ficou decidido que a presença seria computada pela lista assinada na entrada do Congresso e pela que foi elaborada às pressas no plenário.

Mesmo com o fim da confusão, as lideranças decidiram deixar para segunda-feira a continuação das negociações. Para os negociadores a verificação era importante porque mostraria quais os constituintes que estão em Brasília, trabalhando.

Na sexta-feira, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, enviou a todos os constituintes telegrama pedindo o comparecimento na sessão de segunda-feira.

Vellino defende também as grandes empresas

O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), empresário Paulo Vellino, disse em Porto Alegre que "a anistia das dívidas das micro, pequenas e médias empresas e produtores rurais somente seria defensável se abrangesse também as grandes empresas nacionais". Segundo o dirigente, durante o Plano Cruzado, da mesma forma que os pequenos, "também os grandes empresários, em muitos casos, contraíram empréstimos para realizar investimentos, acreditando

na palavra do governo, naquele período, de que o déficit público e a inflação estavam zerados".

Para Vellino, segundo a EBN, essa anistia pareceria pretendida pelos constituintes acaba se transformando em "um pleito demagógico ou de privilégios, na medida em que exclui as grandes empresas nacionais". Ele entende que "o procedimento mais objetivo e sério a ser adotado seria a busca de uma solução que compatibilize problemas reais das empresas com as possibilidades efetivas do Tesouro Nacional".

Perdão a débitos premia inadimplência, diz Campos

"Perdoar a dívida dos pequenos e médios empresários contraída durante o Plano Cruzado, será um prêmio à inadimplência e à penalização daqueles que se esforçaram para pagar seus débitos contraídos." A afirmação é do senador Roberto Campos, que participou na sexta-feira do almoço dos empresários do Rio de Janeiro em homenagem ao deputado federal, Guilherme Afif Domingos, conforme relato da EBN.

Roberto Campos ressaltou que, só com o anúncio de um possível perdão, foi deflagrada uma nova onda de inadimplência no País. "O maior absurdo é o Poder Executivo decretar que os bancos estaduais e privados perdoem as dívidas, o que acarretará um grande ônus ao Tesouro Nacional", afirmou Campos.

Com relação ao momento atual da economia brasileira, Roberto Campos disse que o governo, através dos ministros da Fazenda e do Planejamento, está fazendo um esforço para terminar o ano com um déficit público de apenas 4% do Produto Interno Bruto (PIB). "Os dois ministros são homens corajosos e com suas cabeças nos devidos lugares e, apesar das pressões, poderão conseguir os cortes necessários nas despesas do governo, para que o déficit público não ultrapasse os níveis estabelecidos", observou Roberto Campos, que não acredita que os cortes nas despesas resultem em recessão.

Maciel prevê atraso na discussão da nova Carta

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, previu, na sexta-feira, que a Constituinte sofrerá um atraso de sessenta a noventa dias, mas mesmo assim, segundo informou a Agência Globo, acredita que ela estará concluída muito antes do fim do ano.

Ele disse que esse atraso será ruim para o País e também para os próprios constituintes, "porque pode passar a idéia de que não estamos sendo atentos a uma matéria que é básica para o Brasil e de modo especial para a transição política". Maciel atribuiu esse retardamento à votação da duração do mandato do atual presidente da República, que foi o último tema polêmico submetido à votação.

O senador acrescentou, todavia, que não dispõe de elementos para apontar o

governo como responsável por esse atraso. Disse que, independentemente do governo ter ou não interesse nesse retardamento, cabe aos próprios constituintes se conscientizarem de suas responsabilidades e à sociedade pressioná-los para encerrar o mais brevemente possível a futura Constituição.

O presidente do PFL confirmou que, na próxima terça-feira, vai reunir-se com o ministro Aureliano Chaves, em Brasília, a fim de analisar os rumos do partido. Maciel reafirmou que a sua posição em relação à convenção nacional continua inalterada, isto é, já decidiu que apresentará uma chapa completa com representantes partidários que advogam o rompimento do partido com o governo federal.

Liderança estuda uma fórmula de transição

A liderança do governo está fazendo um estudo sobre os artigos que devem constar das Disposições Transitórias para permitir a transição da atual Constituição para a nova nas questões relativas ao Legislativo, Executivo ou Judiciário, como a implantação da Ordem Tributária, por exemplo. O resultado desse estudo será levado

nesta semana pelo líder Carlos Sant'Anna aos demais setores da Constituinte. Neste bloco de dispositivos, deverão entrar, por exemplo, artigos que indiquem de que forma será aumentada ou diminuída a composição de tribunais e como serão aproveitados seus atuais integrantes.

**Agenda**

**SESSÃO DE SEXTA-FEIRA** — Foi encerrada por falta de quórum, sem a ocorrência de qualquer votação.

**SESSÃO DE SEGUNDA-FEIRA** — Tem início marcado para as 14, 30 horas, se houver quórum, o que nem sempre acontece às segundas-feiras. A Constituinte retomará as votações das Disposições Transitórias do projeto constitucional, com a definição do mandato de prefeitos e eleições municipais.

FAÇA A SUA ASSINATURA AGORA MESMO.

**GAZETA MERCANTIL**

É só discar 255-8788 (011) 800-8788 Interior e outros estados